

BOLETIM 302

Brasília, 23 de fevereiro de 2017



Parlamentares e entidades sociais criticam reformas em evento do FIDS

Deputados e senadores de oposição ao governo e representantes de entidades sindicais e sociais se manifestaram na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (22), contra as reformas da Previdência (PEC 287/16) e trabalhista (PL 6787/16).

Eles participaram de ato de repúdio às propostas organizado pelo Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), composto por diversas entidades, entre elas a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), atual secretária-executiva do fórum, e centrais sindicais.

A CONTRICOM esteve presente, quando foi distribuído o folheto do FST/CONTRICOM

denunciando as “falsas reformas” do governo na Previdência e na legislação trabalhista.



Ângelo da Costa, da ANPT: somos totalmente contra essas reformas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa (*foto, à direita*), presente ao ato da FIDS, afirmou que a entidade é totalmente contrária as reformas da Previdência e Trabalhista encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional.

“Esta é uma iniciativa de todas as entidades com o intuito de agregar esforços Brasil afora e aqui no Planalto Central para tentar resistir a esses ataques aos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros”, ressaltou o representante da ANPT. A expectativa do FDIS é que, a partir desse ato, seja possível promover diversos eventos nos estados brasileiros.

Sobre as reformas, o procurador ressaltou, por exemplo, que a trabalhista traz quatro aspectos de regulamentação do trabalho que são bastante negativos: ela flexibiliza o trabalho em regime de tempo parcial e o trabalho temporário, institui o negociado sobre o legislado para reduzir direitos dos trabalhadores e prevê, de uma maneira deficitária e inadequada, a sua representação nas empresas.

“Na concepção da ANPT e do Ministério Público do Trabalho, o que consta na CLT e nas demais leis trabalhistas é o piso mínimo de direito trabalhista. Nada pode ser normatizado abaixo disso, como prevê a questão do negociado x legislado. Então, você dar poder aos sindicatos para que eles possam negociar abaixo disso é muito preocupante”, destacou.

E acrescentou: “o governo não divulgou dados que realmente convencessem a população. Há, de certa forma, um manuseio dos dados para colocar o foco apenas na Previdência Social, quando a gente sabe que a Previdência também é abastecida com recursos da Seguridade Social”, afirmou, em relação à reforma da Previdência.

Vicentinho: essa reforma representa o desmonte da Previdência

Vários parlamentares, presentes ao ato, fizeram duras críticas ao projeto do governo, entre eles o deputado Vicentinho (PT-SP) *(foto)*, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Classe Trabalhadora, instalada no âmbito da Câmara Federal.



O parlamentar questionou: “resolver em 60, 90 dias sem ouvir ninguém?”, questionou, acrescentando que “aos nossos jovens, estão reservados 49 anos de contribuição se ele trabalhar 49 anos sem parar. Em um país com tanta rotatividade, quem vai ter um emprego fixo de 49 anos? E não é para receber a aposentadoria integral. É para receber a média”, observou.

Segundo o deputado, “essa reforma representa, na verdade, o desmonte da previdência social, que a duras penas foi conquistada pelos trabalhadores e a sociedade brasileira”.

Ele também criticou o aumento da idade mínima para se aposentar, que passaria de 55 para 65 anos para as mulheres e de 60 para 65 para os homens. “A situação da mulher é muito grave. Querem aumentar em dez anos o tempo para ela se aposentar e em cinco para os homens”, afirmou.

Vicentinho, assim como outros parlamentares presentes à manifestação, fez uma conclamação às entidades presentes, especialmente ao movimento sindical, para ampliarem a mobilização contra as reformas, pois, segundo ele, esse é o único meio de barrá-las.



Paim: proposta é covarde e o objetivo é a privatização da Previdência Social

O senador Paulo Paim (PT-RS) *(foto)*, líder da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, considerou uma covardia para os trabalhadores os projetos das duas reformas. “Nenhum governo teve a atitude de apresentar projetos como esses que precariza muito o trabalho e prejudica a vida de milhões de brasileiros”, disse ele, informando que falta apenas uma assinatura no Senado para ser criada a Comissão Mista de Inquérito (CMI) para investigar a real situação da previdência social.

Paim destacou a mobilização popular contra a reforma da Previdência e classificou a proposta do governo de Michel Temer como irresponsável. Ele manifestou apoio aos trabalhadores rurais, que repudiam as regras propostas por Temer para aposentadoria e pensão. "Se o trabalhador não planta, a cidade não almoça

e janta", disse o senador, mencionando o grito de protesto dos trabalhadores rurais no interior do Rio Grande do Sul contra a reforma da Previdência.

O senador avalia que o objetivo da reforma de Temer, na verdade, é o de privatizar a Previdência. Paim manifestou a esperança de que o texto não passe, porque os parlamentares ouvirão os protestos de seus eleitores.

— A privatização [da Previdência] é entregar para o sistema financeiro todo o movimento dos trabalhadores que hoje depositam na Previdência e, daí para a frente, vai para a frente. O banco quebrou, alegou falência, adeus: leva todo o teu dinheiro embora.

Greve geral - Uma greve geral nacional da educação está marcada para o dia 15 de março, assim como várias manifestações e paralisações em todo país. Os parlamentares e as entidades presentes ao ato da FIDS acreditam que o evento constituirá uma nova oportunidade de luta contra as reformas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão da Reforma da Previdência inclui mais quatro audiências no plano de trabalho

Na reunião ontem da Comissão Especial sobre a Reforma da Previdência (PEC 287/16), o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), acolheu parte das sugestões dos deputados e incluiu mais quatro audiências públicas em seu plano inicial, totalizando 13 debates.



Ele dividiu o tema "equilíbrio financeiro da Previdência" em "situação presente" e "modelos de projeção para o futuro". Também dividiu o tema "professores-aposentadorias especiais para atividades de risco e de insalubridade". A última divisão aconteceu na audiência que debateria a situação da mulher junto com a questão da pensão por morte. E será realizado ainda um debate amplo sobre Previdência, com especialistas na área. Com estes acréscimos, a finalização do parecer do relator deve ficar para o final de março.

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) sugeriu que sejam feitas audiências com somente três convidados para que o debate possa ocorrer com mais profundidade. "Seria um contra, um a favor e um neutro". Para o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), porém, não existe neutralidade neste assunto.

No início da reunião, a comissão especial aprovou 18 requerimentos de novos convidados para audiências públicas, um pedido de informações para o Ministério da Fazenda sobre modelos atuariais incluídos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, e a realização de um seminário internacional.

Fonte: Agência Câmara

Copom baixa juro e Selic vai para 12,25% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa básica de juros da economia brasileira pela quarta vez seguida nesta quarta-feira (22), de 13% para 12,25% ao ano. O corte, de 0,75 ponto percentual, levou a Selic ao

menor patamar desde o início de 2015, quando estava em 11,75% ao ano.

A redução de 0,75 ponto percentual também confirmou a expectativa da maior parte dos economistas do mercado financeiro. No fim de janeiro, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, havia indicado que esse ritmo de corte de juros, implementado na reunião do Copom de janeiro, deveria ser mantido neste mês.

Os analistas preveem que o Copom continuará a reduzir a Selic nos próximos meses e que a taxa chegará a 9,5% ao fim de 2017, ou seja, em um dígito, algo que não acontece desde o fim de 2013.

Juros para os clientes - Os juros para os clientes também caíram após a redução da Selic. Entretanto, continuam, ainda, proibitivos.

No Bradesco, por exemplo, os cortes valem a partir do dia 1º março. Entre as linhas que tiveram redução de taxas estão crédito pessoal, crédito para aquisição de veículos e as taxas dos cartões com a bandeira Elo. Veja:

Crédito Pessoal - Taxa atual: 1,89% a 7,72% a.m; Nova: 1,83% a 7,66% a.m.

No Banco do Brasil, o cheque especial, ficou assim: Taxa atual: 4,42% a 12,95% a.m.; Nova: 4,36% a 12,89% a.m.

Centrais sindicais - A Força Sindical em sua página na internet classificou a redução de "Queda tímida e frustrante".

"O governo perdeu uma ótima oportunidade de sinalizar, para o setor produtivo, que gera emprego e renda, que o País não bajula mais o rentismo. Juro estratosférico é uma forma de concentrar cada vez mais renda nas mãos de banqueiros e especuladores", acrescentou.

Fonte: Diap

Em alerta o movimento sindical!!!

Terceirização será votada depois do carnaval

Projeto relatado pelo deputado Laércio Oliveira permite a terceirização para todas as atividades de uma empresa; texto é visto por centrais como mais prejudicial a trabalhadores

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vai colocar em votação no plenário da Casa o projeto sobre terceirização depois do carnaval. Ao Estado, Maia afirmou que a proposta que será votada é a que tem como relator o deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que permite a terceirização para todas as atividades da empresa.

O projeto é considerado mais amplo do que o que está em discussão no Senado, sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O petista fez uma série de mudanças ainda no governo Dilma Rousseff. As alterações, porém, não agradaram ao atual governo.

Diante disso, Maia e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), fizeram um acordo para dar celeridade ao projeto que tramita na Câmara e deixar de lado a proposta relatada por Paim.

O projeto relatado por Laércio Oliveira chegou ao Congresso em 1998, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e é visto pelas centrais sindicais como mais prejudicial aos direitos dos trabalhadores, por atender mais os interesses dos empresários.



Como o texto já passou por votações anteriores nas duas Casas legislativas, basta ser aprovado pelo plenário da Câmara para ir à sanção do presidente Michel Temer. Para o relator, o projeto será votado até o final de março. "É o início da modernização das relações de trabalho no Brasil. E definitivamente a terceirização passa a ter segurança jurídica, com regras bem definidas", disse Oliveira.

A oposição, porém, promete reagir e deve tentar obstruir a votação. Próximo a Maia, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que a decisão do presidente da Câmara de pautar o projeto é a primeira "fratura" referente às promessas que o deputado do DEM fez durante a campanha à reeleição para conquistar votos dos opositoristas.

Fonte: Estadão



STF debate responsabilização objetiva de empregador por danos decorrentes de acidente de trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a existência de repercussão geral na matéria tratada no Recurso Extraordinário (RE) 828040, interposto pela Protege S/A – Proteção e Transporte de Valores contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho que a condenou ao pagamento de indenização a um vigilante de carro forte devido a transtornos psicológicos decorrentes de um assalto.

A tese adotada pelo TST foi a da responsabilidade objetiva, que prescinde da comprovação de dolo ou culpa, por se tratar de atividade de risco (artigo 927, parágrafo único, do Código Civil). Para a empresa, porém, a condenação contrariou o dispositivo constitucional que trata da matéria (artigo 7º, inciso XXVIII, que prevê a obrigação de indenizar em caso de dolo ou culpa), uma vez que o assalto foi praticado em via pública, por terceiro.

O Plenário Virtual, por maioria, entendeu que a matéria tem natureza constitucional e tem repercussão econômica e social, tendo em vista sua relevância para o desenvolvimento das relações empregatícias. Ficaram vencidos a ministra Rosa Weber e o ministro Edson Fachin.

O RE 828040 é o processo paradigma do tema 932 da tabela de repercussão geral do STF. Até o julgamento do mérito, os demais recursos que discutem o mesmo tema ficam sobrestados no TST.

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)